
Prestação de Serviços de Reparação das 2 Unidades de Tratamento de Ar das Piscinas Municipais Cobertas

CONSULTA PRÉVIA

CADERNO DE ENCARGOS

N.º de Registo **2259**

Processo **2025/300.10.005/253**

Índice

Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a	4
Prazo	4
Cláusula 4. ^a	5
Consulta Preliminar de Mercado	5
Cláusula 5. ^a	5
Obrigações Principais da Entidade Adjudicatária	5
Cláusula 6. ^a	6
Objeto do Dever de Sigilo	6
Cláusula 7. ^a	6
Preço Base.....	6
Cláusula 8. ^a	6
Preço Contratual e Condições de Pagamento	6
Cláusula 9. ^a	7
Penalidades	7
Cláusula 10. ^a	7
Força Maior	7
Cláusula 11. ^a	8
Resolução por Parte da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 12. ^a	9
Caução	9
Cláusula 13. ^a	9
Legislação Aplicável e Foro Competente	9
Cláusula 14. ^a	9
Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	9

Cláusula 15. ^a	9
Comunicações e Notificações	9
Cláusula 16. ^a	10
Patentes, Licenças e Marcas Registadas	10
Cláusula 17. ^a	10
Contagem dos Prazos	10
Cláusula 18. ^a	10
Obrigatoriedade de Cumprimento dos Trabalhadores Afetos à Aquisição de Serviços	10
Cláusula 19. ^a	10
Proteção de Dados Pessoais	10
Cláusula 20. ^a	11
Legislação aplicável	11
ANEXO I	11
ANEXO II	13
ANEXO III	14

◀

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas no anexo III deste Caderno de Encargos, é relativo ao procedimento por consulta prévia para reparação das 2 Unidades de Tratamento de Ar das Piscinas Municipais Cobertas, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos, independentemente da sua redução a escrito:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificado pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, no número anterior.

Cláusula 3.^a

Prazo

- 1 – O contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato, entra em vigor após a adjudicação e cessa a sua vigência ao fim de 60 dias.
- 2 – A sua denúncia é facultada a qualquer das partes, por carta registada com aviso de receção, dirigida para o endereço da outra parte constante do presente contrato, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias sobre o termo de vigência ou da renovação em curso.

Cláusula 4.^a

Consulta Preliminar de Mercado

1 – Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.

2 – As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

3 – Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta foram classificados como confidenciais por parte do interessado.

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações da Entidade Adjudicatária

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.^a

Obrigações Principais da Entidade Adjudicatária

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de realização do fornecimento, em conformidade com as características técnicas e requisitos definidos no presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de cumprimento das datas combinadas;
- c) Obrigação de garantia da continuidade do fornecimento;
- d) Obrigação de manutenção dos preços até ao término do contrato.

Subsecção II

Dever de Sigilo

Cláusula 6.^a

Objeto do Dever de Sigilo

- 1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação judicial, técnica ou outra, relativa à entidade adjudicante, que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 – O Contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer materiais sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 7.^a

Preço Base

- 1 – O preço base do procedimento é de € 48.000,00 (quarenta e oito mil euros). Este valor é entendido como o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, ao preço acresce o IVA à taxa legal em vigor, pelo período considerado na cláusula 3.^a do presente caderno de encargos.

Cláusula 8.^a

Preço Contratual e Condições de Pagamento

- 1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, com IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, custos associados à atividade em causa e os custos com o pessoal, nomeadamente salários, contribuições obrigatórias para a Segurança Social, seguros de acidentes de trabalho.
- 3 – As faturas serão pagas pelo contraente público no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, vencendo-se o montante total com a conclusão do fornecimento.

- 4 - Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 9.^a

Penalidades

- 1- No caso de incumprimento do fornecimento por parte do adjudicatário, poderá a entidade adjudicante, notifica-lo para cumprir, no prazo fixado pela entidade adjudicante;
- 2 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do prestador de serviços, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazo da prestação de serviços objeto do contrato, até ao valor dos bens.
- 3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
- 4 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 2, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.
- 5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 6 - O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 7 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.^a

Força Maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos do adjudicatário não devidas a sabotagem.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.^a

Resolução por Parte da Entidade Adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações ou prazos que lhe incumbem no âmbito do presente caderno de encargos ou do contrato a celebrar.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário, que produz efeitos 30 dias após da data da sua realização e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 12.^a

Caução

Uma vez que no presente procedimento não é exigido a apresentação de caução, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante, sempre que considerar conveniente, em situações resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, irá proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 13.^a

Legislação Aplicável e Foro Competente

- 1 – O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto.
- 2 – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 14.^a

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

- 1 – O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
- 2 – Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP.

Cláusula 15.^a

Comunicações e Notificações

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as

partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3 - Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

4 - Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à entidade adjudicante, com a máxima urgência.

Cláusula 16.^a

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 - Caso a entidade contratante venha a ser demandada por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionado no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 17.^a

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.^a

Obrigatoriedade de Cumprimento dos Trabalhadores Afetos à Aquisição de Serviços

A entidade adjudicatária tem que cumprir com o estipulado no artigo 419.º A, conjugado com o n.º 13 do artigo 42.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.^a

Proteção de Dados Pessoais

1 - As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – (EU) 2016/679 de 27 de abril, durante a vigência do contrato e após a sua cessação;

2 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;

-3 - Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo cocontratante, que terceiros respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de

bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, designadamente os constantes do art.º 28º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Anexo I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

UTA 1

Circuito Frigorífico:

* Recolha do gás refrigerante existente para destruição. (R407C; +/- 7kg).	
* Limpeza interna do evaporador e condensador.	
* Verificação da estanqueidade dos elementos do circuito frigorífico com carga de azoto.	
* Aplicação de resistência de cárter.	
* Reparação com substituição dos elementos da linha de liquido (filtro, visor, válvula elétrica e válvula expansora).	
* Substituição de componentes de proteção e comando (pressostato combinado de baixa e alta pressão).	
* Reposicionamento do evaporador para junto do condensador.	
* Execução de novas linhas de aspiração, compressão e liquido.	
* Mudança de óleo e filtro.	

Estrutura da UTA:

* Limpeza e higienização dos painéis da UTA.	
* Tratamento dos pontos de ferrugem.	
* Verificação do esgoto da UTA.	

Ventiladores:

* Limpeza e higienização dos ventiladores.	
* Verificação do funcionamento dos ventiladores.	
* Substituição de motor do ventilador de insuflação.	
* Substituição das polias dos motores e ventiladores se necessário.	
* Substituição das correias dos motores e ventiladores se necessário.	

* Verificação de funcionamento de pressostatos de ar.	
* Substituição dos pressostatos de ar. 2 unidades	

Registos:	
* Verificação do funcionamento dos registos.	
* Verificação do funcionamento dos atuadores dos registos.	
* Substituição dos atuadores dos registos. 3 unidades	

Válvula Motorizada:	
* Verificação do funcionamento da válvula motorizada.	
* Verificação do funcionamento do atuador da válvula motorizada. 1 unidade	

Eletricidade:	
* Fornecimento de quadro elétrico de potência / proteção e comando para os componentes da UTA, com as seguintes funções:	
* Controlo da temperatura do ar com termómetros / termostatos digitais.	
* Controlo da humidade relativa do ar com higrómetros / higróstatos digitais.	
* Apresentação de funcionamento e alarmes dos elementos da UTA na porta do quadro elétrico.	
* Fornecimento e instalação de cablagem nova e respetivos caminhos de cabos.	

UTA 2

Circuito Frigorífico:	
* Recolha do gás refrigerante existente para destruição. (R407C; +/- 7kg).	
* Limpeza interna do evaporador e condensador.	
* Verificação da estanqueidade dos elementos do circuito frigorífico	
* Substituição do compressor se necessário * Aplicação de	

resistência de cárter.	
* Reparação com substituição dos elementos da linha de líquido (filtro, visor, válvula elétrica e válvula expansora).	
* Substituição de componentes de proteção e comando (pressostato combinado de baixa e alta pressão).	
* Reposicionamento do evaporador para junto do condensador.	
* Execução de novas linhas de aspiração, compressão e líquido.	
* Mudança de óleo e filtro.	

Estrutura da UTA:

* Limpeza e higienização dos painéis da UTA.	
* Tratamento dos pontos de ferrugem.	
* Verificação do esgoto da UTA.	

Ventiladores:

* Limpeza e higienização dos ventiladores.	
* Verificação do funcionamento dos ventiladores.	
* Substituição das polias dos motores e ventiladores se necessário.	
* Substituição das correias dos motores e ventiladores se necessário.	
* Verificação de funcionamento de pressostatos de ar.	
* Substituição dos pressostatos de ar. 2 unidades	

Registos:

* Verificação do funcionamento dos registos.	
* Verificação do funcionamento dos atuadores dos registos.	
* Substituição dos atuadores dos registos. 3 unidades	

Válvula Motorizada:

* Verificação do funcionamento da válvula motorizada.	
* Verificação do funcionamento do atuador da válvula motorizada.	
* Substituição do atuador da válvula motorizada. 1 unidade	

Eletricidade:

* Fornecimento de quadro elétrico de potência / proteção e comando para os componentes da UTA, com as seguintes funções:	
* Controlo da temperatura do ar com termómetros / termostatos digitais.	
* Controlo da humidade relativa do ar com higrómetros / higróstatos digitais.	
* Apresentação de funcionamento e alarmes dos elementos da UTA na porta do quadro elétrico.	
* Fornecimento e instalação de cablagem nova e respetivos caminhos de cabos.	